COESÃO E COERÊNCIA EM REDAÇÕES

Nauria Inês Fontana (UnC)

INTRODUÇÃO

Muitos de nós, provavelmente, já tivemos a experiência de estar numa fila de telefone, numa situação de emergência ouvir a pessoa que está usando o aparelho, conversar futilidades ou repetir indefinidamente as mesmas frases, provocando reações de raiva ou descontentamento em nosso pensamento, pelo motivo de sabermos que “a comunicação bem sucedida é aquela que, levando em conta a situação, alcança um equilíbrio ideal entre informações novas e repetições” (ILARI, 1997: 35), fato que se encaixaria no caso da comunicação através do telefone, bem como de textos escritos, os quais, em poucas linhas, devem transmitir uma informação completa.

As redações que compõem o corpus deste trabalho foram realizadas por candidatos ao curso de Letras – habilitação português / espanhol, na Universidade do Contestado – UnC – Campus de Concórdia – SC, realizado no segundo semestre do ano de 1999, de forma especial, após o concurso classificatório regular, para preenchimento de vagas excedentes.

Nesta prova praticamente não houve concorrência, mas, ainda assim, o fato de se tratar de prova de vestibular altera os resultados, por influência da situação “fortemente impregnada de carga ideológica (...) em que ultrapassar esse umbral significa obter garantia absoluta de sucesso profissional e financeiro” (COSTA VAL, 1994: 45).

Consegue-se, então, que todas as influências do momento, internas e principalmente, externas ajam para que o resultado seja aquele, no caso da redação “todos esses componentes do contexto (...) são importantes porque integram o conjunto de conhecimentos e vivências partilhadas pelos produtores de textos, os candidatos ao vestibular, e pelos seus recebedores compulsórios, os examinadores”. (*ibid*, p. 44)

Isto tudo, e o forte desejo de ser aprovado fará o candidato produzir um texto de acordo com o esperado, ou seja, um texto que

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

agrade aquele que irá corrigir sua redação não o barrando na aprovação do vestibular; “o candidato submete-se a um jogo de poder, à vontade do recebedor” (*ibid*, p.45), em que sua única intenção é demonstrar que tem domínio das técnicas, do código e portanto, ser aprovado.

REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA

Para nossa comunicação, diariamente, utilizamos todos os recursos possíveis: frases soltas mas que naquele contexto tem sentido e, portanto, são e estão coerentes, sendo consideradas textos; expressões faciais; tom de voz; gestos; movimentos do corpo; etc...

Na vida não acadêmica, raramente utilizamos o texto escrito para comunicação e, quando o fazemos, realizamos este ato com um certo cuidado, dobrado até, para que o mesmo seja compreendido pelo outro, pelo leitor, com o mesmo sentido de quando produzido.

Isto ocorre diferenciadamente da produção oral, principalmente porque o interlocutor não está presente e somente através daquela comunicação escrita deverá entender o que deve ser entendido! E nada mais além disto. Portanto, algo qualquer, escrito, merece muito mais tempo para produção e conseqüentemente, compreensão. Os detalhes, quando escritos, são importantíssimos, podendo alterar o resultado final.

Discute-se também, a definição do que seja um texto, levando-se em consideração que todos os objetos podem ser concebidos de várias maneiras, temos também várias concepções.

A textualidade ou textura é o que faz de uma seqüência de frases, lingüística um texto sendo que, segundo Koch & Travaglia (1991: 26) “a seqüência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global.”

Segundo Koch (1999: 25) um texto se constitui como tal “no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sócio-cultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinados sentidos”.

Estes sentidos que são determinados pelos parceiros, o são muito mais facilmente na comunicação oral, pelo motivo já dito: o informante está presente para possíveis esclarecimentos ao informado. No texto escrito a coesão e a coerência é que auxiliarão nisto: no esclarecimento das informações dadas.

Coesão e coerência andam tão juntas, que para muitos estudiosos ambos são um só, mas segundo Koch (1999: 24) “a coesão ajuda a perceber a coerência na compreensão dos textos, porque é resultado da coerência no processo de produção desses mesmos textos”.

Portanto, a coesão é um fenômeno que diz respeito “ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos” (*ibid*, p.35) enquanto que o estabelecimento da coerência depende de elementos lingüísticos, do conhecimento de mundo e de fatores pragmáticos e interacionais.

Já a coerência diz respeito “ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos” (*ibid*, p. 41).

A coerência não está no texto, e sim, “deve ser construída a partir dele, levando-se, pois, em conta os recursos coesivos presentes na superfície textual, que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção do sentido” (*ibid*). Ou, como afirma Fávero (1999: 10) “a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos”.

Avaliar a coerência de um texto escrito e formal, será verificar se, “no plano lógico-semântico-cognitivo, ele tem continuidade e progressão, não se contradiz, nem contradiz o mundo a que se refere e apresenta os fatos e conceitos a que alude relacionados de acordo com as relações geralmente reconhecidas entre eles no mundo referido do texto. Avaliar a coesão será verificar se os mecanismos lingüísticos utilizados no texto servem à manifestação da continuidade, da progressão, da não-contradição e da articulação”. (COSTA VAL, 1994: 29). Estes fatores todos, interligados, é que vão proporcionar ao leitor o entendimento da mensagem que se quis transmitir via texto escrito.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No caso das redações de concurso vestibular, o destinatário do texto é a pessoa que estará auxiliando no futuro acadêmico do escritor, fato que ocasionará uma escrita para agradar àquele, o professor que a corrigirá. Escreve-se para agradar e principalmente, ser aprovado no que quer que seja – vestibular, escola, concurso.

Halliday & Hasan (*apud* KOCH, 1991: 19-20) distinguem mecanismos de coesão, nos quais nos baseamos para a análise nesta pesquisa:

- *referência*: Os itens da língua que não podem ser interpretados por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários a sua interpretação são elementos de referência, que pode ser subdividida em *exofórica* (fora do texto) e *endofórica* (no próprio texto). E ainda, se o referente precede o item coesivo tem-se a *anáfora* e se vem após, a *catáfora*. A referência pode ser efetuada por meio de recursos de ordem gramatical, podendo ser pessoal (através de pronomes pessoais e possessivos); demonstrativa (pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar); ou, comparativa (por meio de identidades e similares);

- *substituição*: colocação e um item no lugar de outro, ocorrendo sempre uma redefinição, pode ser nominal, verbal ou frasal.

- *elipse*: a substituição por omissão de um item lexical, recuperável pelo contexto, também pode ser nominal, verbal ou frasal.

- *conjunção*: estabelece relações significativas específicas entre elementos ou orações do texto sendo os principais tipos as aditivas, adverbiais, causais, temporais e continuativas.

- *coesão lexical*: é obtida por meio de reiteração (repetição de um mesmo item lexical, ou sinônimos, hiperônimos ou nomes genéricos) e colocação (uso de termos pertencentes a um mesmo campo significativo).

ANÁLISE DAS REDAÇÕES

Os critérios que utilizamos para seleção dos informantes foram os seguintes: Apresentaram mecanismos de coesão nas redações; Dispuseram-se a reescrever sobre o mesmo tema; Todos foram aprovados no concurso vestibular e cursam Letras – habilitação em português / espanhol.

Observe-se que as circunstâncias históricas do momento de produção têm importância em relação ao assunto proposto como tema, que está diretamente ligado à realidade do candidato. Há alguns anos o Brasil está constantemente envolvido em atos de violência.

Todos os dias morrem pessoas, vítimas (inocentes) da violência urbana. Os noticiários exploram esta faceta do ser humano, retratando em grandes ou pequenas cidades, atos de violência. A violência está presente nos meios de comunicação – normalmente como destaque – e em muitos casos, na vivência diária das pessoas.

Concórdia não é considerada uma cidade violenta, mas nem por isto deixa de ter marginais, quadrilhas de traficantes e roubo de cargas, assaltos à mão armada em plena luz do dia, crianças espancadas, e outros atos de violência. Por ser uma cidade pequena, normalmente todos habitantes “apavoram-se” quando ocorre algo violento, dando-se destaque em rádios e jornais, desde um assalto até uma fuga do presídio local; todos tem hábitos parecidos, e dentre estes, comentar, nas ruas, empregos e famílias, casos de violência que ocorram em cidades maiores. Os candidatos, por serem todos da cidade compartilham destes hábitos constantemente, como o resto da população.

Na época do vestibular estava sendo noticiada constantemente nos meios de comunicação nacionais e locais a questão da Lei de Desarmamento da População, proposta pelo Governo Federal. O tema para base das redações era um assunto da atualidade.

Pelo fato de ter o mesmo assunto proposto como tema de redação, todos os candidatos tinham a mesma realidade circundante para basear-se. O candidato, então, objetivando uma vaga na universidade não escreve o que realmente pensa, sendo conveniente dizer o que se considera adequado para a circunstância, tanto que o que se observa são opiniões pouco divergentes da sugerida pelo texto de apoio. Neste concurso a média da nota de redação dos candidatos foi, numa escala de zero a dez, de 2,7 pontos, sendo que não há necessidade de nota mínima para aprovação.

Como trabalhamos com *corpus* distintos marcamos as redações através do número de inscrição do candidato ao vestibular, acompanhado da letra R se a redação foi escrita no vestibular e com a letra F se foi escrita para esta pesquisa, as quais apresentamos em seguida, na íntegra.

Em alguns casos, apesar dos elementos de coesão presentes, a descontinuidade é algo chamativo, principalmente nas redações es-

critas no vestibular, que são, na maioria, escritas com frases curtas, com pouca relação entre as informações e conceitos dados, demonstrando a fragmentação e essencialmente a posição que está explícita no texto de apoio, facilitando a escrita e conseqüentemente não demonstrando sua própria opinião.

Mecanismos de coesão e coerência nas redações analisadas

a) Referência

Os itens da língua que não podem ser interpretados por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários a sua interpretação são elementos de referência. A referência exofórica ou seja, fora do texto ocorreram em maior número nas redações feitas no concurso vestibular em comparação às feitas após o vestibular, representando um maior cuidado na produção destas últimas. Nos exemplos citados a grafia apresenta-se tal qual se encontra na redação original.

Exemplos de elementos de referência exofórica são os casos que ocorreram com pronomes demonstrativos: (...) *desde então, criou-se uma polêmica em relação aos fatos, uma vez que há os que dizem que a lei só atingirá os cidadãos de bem* (...) em que “os” se refere a um elemento fora do texto, ou seja, as pessoas, parte da população, algumas pessoas. (8F)

Também apareceram referências com remissão ao texto de apoio: (...) *isso deveria começar a ser feito sem mesmo esperar a lei ser decretada pelo governo federal* (...) remete ao texto de apoio, pois *isso* não foi explicado no texto. (14R)

A remissão ao texto de apoio é o que normalmente ocorre nas redações escritas em sala de aula, em que o escritor tem em sua mente que a pessoa que irá corrigir as redações já conhece aquele assunto, já conhece o texto de apoio, então a remissão para o texto de apoio se dá constantemente, como se o mesmo fosse sabido por todos.

Este fato contraria a coerência, pois o texto tido como redação deve ser coerente consigo mesmo, explicando-se por si mesmo, não remetendo ao texto de apoio, sem citar do que se trata, deixando a redação confusa, já que, normalmente, a pessoa que a corrige gosta-

ria de ter no texto as informações completas. Remissão para o texto de apoio é uma das falhas mais constantes.

A referência será endofórica quando o referente se acha expresso no próprio texto. Se o referente estiver após o item coesivo, tem-se a catáfora que, neste estudo, ocorreu em menor número nas redações escritas durante o concurso vestibular.

São exemplos de catáforas com pronomes demonstrativos: (...) *a violência é tanta que o índice é assustador, os que usam arma de fogo sem nenhum conhecimento em um ato de desequilíbrio comete as chacinas as quais vão toda uma família para o cemitério.* (...) (29F). A palavra **os** remete para as pessoas que cometem chacinas, citada após.. No entanto, o fenômeno catáfora com pronomes relativos ocorreu raras vezes: (...) **com base na matéria** (...) **que** *relata sobre o projeto de lei* (...) **onde** (...) (8F) são todos elementos catafóricos, que remetem a lei que será explicada logo em seguida.

Aparecem, também, Outras remissões catafóricas, tais como: (...) *nos questionamos constantemente sobre este assunto, reforço porém que se houver uma boa vigilância* (...) (8F) remete aos elementos que vem em seguida, dando uma espécie de chamada de atenção ao que será escrito, pois o elemento *porém* é adversativo, marcando oposição entre dois enunciados.

Em outros momentos aparece a anáfora, ou seja, quando o referente precede o item coesivo, dentre os mecanismos de coesão estudados foi o de maior ocorrência, principalmente nas redações escritas após o concurso vestibular. Exemplos com pronomes demonstrativos: (...) *uma das soluções encontradas pelo governo é um projeto de lei* (...) *este seja aprovado* (...) *os portadores deste tipo de armamento* (...), (4F) *este* remete ao projeto de lei, enquanto *deste* remete aos portadores de arma de fogo. Outro exemplo: (...) *seria melhor se o governo pensasse nisso também* (...) (14R) remete a falta de oportunidades ao povo brasileiro.

Anáfora com pronomes pessoais aparecem raramente: (...) *o trabalho dos marginais, pois são eles que detêm* (...) *e não serão eles que* (...) ambos pronomes referem-se aos marginais. (4F). Outras remissões anafóricas aparecem: (...) *é necessária a conscientização sobre a gravidade do problema* (...) *participação de todos na resolu-*

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ção do mesmo (...), (4F) em que **sobre a gravidade** remete a violência e **do mesmo**, remete a solução do problema, que é a violência.

b) Coesão lexical

Deve também haver coesão entre o léxico utilizado, que pode se dar através de vários elementos. Citamos aqui alguns encontrados nas redações analisadas. Vale salientar que a quantidade encontrada deste elemento de coesão textual foi quase nula, alguns com sinônimos: (...) **o projeto seja aprovado, poderemos viver mais tranquilos** (...) (8R) remete ao primeiro parágrafo – explicação da lei. (...) **muitos acham que a medida é uma** (...) remete ao projeto de lei. (4F)

Coesão lexical por repetição aparece somente uma vez: O sujeito 29F repete a palavra “violência” várias vezes, de modo a reforçar a idéia presente em sua redação.

c) Elipse

Além dos casos de elipse de sujeito que possa ser substituído por um pronome pessoal, encontramos elipse anafórica, facilmente recuperável pelo contexto: (...) **hoje pudemos ver também que não há só violência nas cidades grandes, mas também nas cidades de pequeno porte** (...) (14R)

d) Conjunção

As conjunções que normalmente ocorreram foram as aditivas, mas destacamos aqui conjunções adversativas que marcam oposição entre dois enunciados: (...) **nos questionamos constantemente sobre este assunto, reforço porém que se houver um boa vigilância** (...) (8F)

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Constatamos que todas as redações utilizaram-se de um modelo preestabelecido, ou seja, introdução, desenvolvimento e conclusão. Os erros ortográficos foram poucos, somente ocorreram alguns

erros na concordância gramatical em número, não prejudicando a compreensão.

O elemento coesivo freqüente é o de referência anafórica, aparecendo em número muito maior do que quaisquer um dos outros elementos.

O discurso predominante é o de concordância com o texto de apoio, e no caso, o governo, elogiando-o pelo atitude proposta, somente com sugestões, sem discordância.

Como a cidade em que foi desenvolvida a pesquisa, Concórdia, é relativamente pequena, conhecemos pessoalmente os sujeitos da pesquisa, verificando que, na época do vestibular, todos trabalhavam para o sustento de suas famílias e, pelas poucas condições financeiras, não freqüentavam cursinho pré-vestibular. Os sujeitos passaram somente pelo ensino regular, mostrando domínio satisfatório da língua padrão escrita.

Apesar disto, as redações escritas no vestibular foram consideradas fracas, tanto que a média geral do concurso foi de 2,7 pontos (escala de 0 a 10), ou seja, pouca informação, já que este era um item levado em consideração quando da correção. Nas redações escritas para o vestibular aparece claramente a escrita de improviso sobre um tema imposto, com tempo restrito, através do qual o candidato será avaliado e aprovado ou não.

Nas redações escritas para esta pesquisa deu-se um salto qualitativo, pois o sujeito teve mais tempo e menos compromisso para escrevê-la, refletindo sobre o assunto e “desenhando” o texto em sua mente até repassá-lo para o papel, podendo inclusive consultar outros materiais disponíveis: jornais, revistas, dicionários e outras pessoas poderiam opinar sobre seu texto. Tanto foi qualitativo que não ocorreu nenhum erro ortográfico nas redações escritas para esta pesquisa.

Observamos, que dos itens coesivos propostos para investigação nesta pesquisa, um item que raramente ocorreu foi o de *substituição*, que, na apresentação, incluímos juntamente com a referência, pois sabemos que as diferenças entre ambas são sutis, ocorrendo uma redefinição quando na substituição.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

São raras as pessoas que se comunicam normalmente pelo meio escrito. Um fato que está mudando isto é a Internet, pois através do correio eletrônico e bate-papos, as pessoas começam a adquirir este hábito, mas, que também é diferente daquele de pegar papel e caneta e escrever algo. Este sim é raro. Quem faz isto todo dia é porque tem através da escrita seu sustento.

As limitações de tempo, de dados, de material disponível no vestibular refletem a elaboração de redações escolares, as quais não condizem com o processo natural de produção de textos.

Costa Val (1991: 125) afirma que “quem escreve, por gosto ou por profissão, escolhe seu assunto e sobre ele se informa, pensa e repensa. Tem meios de ampliar e aprofundar sua compreensão, tem tempo de amadurecer suas idéias”

O ato mecânico de escrever deve ser baseado em tudo o que Costa Val afirma e não deveria terminar ali, já que o texto pode ser usado para reflexão sobre todos os assuntos.

Tanto quanto somente a presença de recursos coesivos em um texto não é condição nem suficiente, nem necessária da coerência, escrever não pode simplesmente ser o ato de agradar ao outro. Principalmente, deve ser agradável a quem escreve.

REFERÊNCIAS

BERNÁRDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa Universitaria, 1982.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos: abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas. In: COSTE, D. et alii. *O texto: escrita e leitura*. São Paulo: Pontes, 1988. p. 39-86

COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FAVERO, L.L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1999.

FAVERO, L.L & KOCH, I.G.V. *Lingüística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1994.

FIORIN, J.L. & SAVIOLI, F.P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES, A.M.M. O papel da seqüência temporal na coesão do texto. In: *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V. 9, nº 23, 1995: p. 27-39.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1999.

ILARI, R. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Martins fontes, 1997.

JUNKES, T.K. Produção escrita: um estudo da coesão e coerência textuais. In: CABRAL, L.G. & GORSKI, E. (org.) *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998. p. 51-90

KOCH, I.G.V. *A coesão textual*. São Paulo: contexto, 1991.

———. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Cortez, 1998.

KOCH, I.G.V. & TRAVAGLIA, L.C. *A coerência textual*. São Paulo: contexto, 1991.

———. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1999. 107p.

TERRA, E. & NICOLA, J. *Redação para o 2º grau*. São Paulo: Scipione, 1996.

ANEXOS

Texto para base da redação:

O Governo Federal enviou ao Congresso no mês passado um projeto de lei proibindo a venda e a posse de armas de fogo, com o objetivo de conter a violência urbana. Se o projeto for aprovado, os portadores de revólveres, pistolas, espingardas e munições terão 360 dias, a partir do dia que a lei entrar em vigor, para entregar suas armas aos órgãos públicos de segurança.

Desde então, o assunto vem rendendo muita polêmica em todo o país. Há quem seja totalmente a favor da medida e também há os que argumentam que a proibição só atingirá os cidadãos de bem, que adquirem armas legalmente porque precisam de segurança.

(O Jornal – 16 de julho de 1999)

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, na íntegra:

Sujeito 29

29R – Segurança sem armas

Desde que foi divulgada a campanha de desarmação pelo governo existe aqueles que são favoráveis e os contras. Se pensarmos bem não existe a necessidade pela população andar armada, já que temos para isso a polícia civil e militar, na qual são treinados a fazer uso destas armas e o dever de proteger o cidadão nas ruas e nas suas cidades.

O governo que sim acabar com aqueles que usam as armas para se valer do poder inibição aos menos favorecidos ao medo.

Mas... o governo deverá lembrar que existem determinadas categorias que não poderão estar enquadradas nesta lei, como as do tiro ao alvo que se utilizam para a prática de um esporte competitivo.

Sem armas não teremos mortes absurdas e violentas, desnecessárias.

É louvada esta campanha! Vocês não acham?

29F – VIOLÊNCIA URBANA

A violência está cada vez mais forte e presente em nosso cotidiano, é a violência dentro dos lares, violência contra menores, mulheres, adolescentes, violência de abuso sexual e a de uso de arma de fogo. A violência é tanta que o índice é assustador, os que usam arma de fogo sem nenhum conhecimento em um ato de desequilíbrio comete as chacinas as quais vão toda uma família para o cemitério. Fazem da arma o seu escudo, seu poder.

Diante a tantas violências o governo estará enfrentando um grande problema para desarmar a população e colocar a lei em vigor, caberá ao órgão público de segurança a qualificação e medidas cabíveis para que um cidadão venha requerer um porte de arma pois, qualquer um hoje em dia consegue fácil. Mas será este um critério bem severo para esta liberação, analisar quais profissões realmente poderiam usá-la e como o cidadão se comporta emocionalmente e psiquicamente para manuseá-la.

Conclui-se que é com louvor esta atitude do governo pois, assim deixaremos os nossos filhos e netos crescerem com mais equilíbrio e com menos violência, tornando um país seguro com quem deverá fazer segurança para garantir as nossas vidas e não nas mãos destes marginais violentos.

Sujeito 14

14R – Diga não a violência

A posição do governo federal brasileiro em relação ao desarmamento é totalmente correta, pois, com a violência que vem ocorrendo ultimamente em todo o país é muito grande, e nós, brasileiros de boa vontade, devemos apoiar o governo federal. Hoje pudemos ver também que não há só violência nas cidades grandes, mas também nas cidades de pequeno porte, até por questão de sobrevivência. Mas sabemos que se o governo federal for apoiado pelo brasileiro, conseguirá amenizar a situação de todo o país, pois, todos deverão ter consciência do que estará fazendo para ajudá-lo na sua questão, começando talvez por si mesmo entregando sua arma no órgão público. Isso deveria começar a ser feito sem mesmo esperar a lei ser decretada pelo governo federal. Aí, quando o governo pensasse em acabar com a violência a população brasileira já teria amenizado um pouco de toda a situação. Também temos que parar e pensar no que está trazendo toda essa violência, o desemprego a fome será que não deveríamos pensar um pouco também nisso, pois, a violência vem também da falta de oportunidade ao povo brasileiro. Não seria melhor se o governo pensasse nisso também?

14F – O desarmamento

A violência está tomando conta não só do Brasil, mas do mundo. No Brasil teve-se a idéia de criar um projeto de lei para acabar com as armas, o que não garante segurança nenhuma.

O desarmamento não resolveria e muito menos diminuiria a violência no país, pois os bandidos conseguem armas das maneiras mais clandestinas possíveis.

Talvez um projeto de lei que investisse na educação para menores carentes, e programas de assistência social e uma pequena ajuda salarial básica, para que crianças e adolescentes pudessem ajudar os pais na renda familiar.

Um projeto assim ajudaria muito mais na subtração da violência do que um simples desarmamento.

O que os governantes e a própria população devem desarmar é a consciência egoísta que a maioria possui e armar o país de educação, saúde e solidariedade dignas.

Sujeito 8

8R – Armas de fogo

Parabéns Governo Federal, pela iniciativa deste projeto de proibir a venda e ou uso de armas de fogo em nosso país.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A cada dia que passa ouvimos ou vemos, casos de mortes por pessoas sem escrúpulos usarem armas, cidadãos sem consciência vão atirando e matando e muitas vezes matam a si mesmo.

Está mais do que na hora que haja a proibição e uma fiscalização séria, pois, nós estamos à mercê desta violência inconsciente e assassina.

Sou da opinião que esta lei poderá atingir a todos se houver uma conscientização bem feita e uma fiscalização constante.

Oxalá, o projeto seja aprovado, poderemos viver mais tranqüilos.

8F – Polêmica no Congresso

Com base na matéria de O Jornal- 16 de julho de 1999, que relata sobre o projeto de Lei enviado ao Congresso pelo Governo Federal, onde proíbe a venda e a posse de armas de fogo, apresenta um único objetivo: Conter a violência urbana.

Se o projeto for aprovado, os portadores de revólveres, pistolas, espingardas e munições terão 360 dias a partir da aprovação da lei, para entregar suas armas à segurança.

Desde então, criou-se uma polêmica em relação aos fatos, uma vez que há os que digam que a Lei só atingirá os cidadãos de bem, que adquirem as armas legalmente porque precisam de segurança.

Em todos os projetos, há sempre reflexão, baseadas em boas intenções. Nesta destaque: Como deixar que qualquer indivíduo saia armado, até mesmo, os descontrolados psicologicamente, de que serão capazes? E os nossos policiais estão aptos para andarem armados?

Nos questionamos constantemente sobre este assunto, reforço porém que se houver uma boa vigilância, organização e supervisão, justiça e lealdade, teremos certeza que esta Lei terá grande sucesso.

Sujeito 4

4R – Segurança é o melhor

O caos da violência urbana tem apavorado a todos, vítimas aparecem a todo instante. Moradores, principalmente das grandes cidades, não encontram mais sossego e segurança nem dentro de suas próprias casas.

O governo, preocupado com esta situação, lançou então um projeto de lei que proíbe a venda e a posse de armas de fogo. Caso esta lei seja aprovada, todos os portadores de arma vão ter que entregá-las ao governo. Este fato tem gerado grandes polêmicas, pois, desta maneira o governo só irá conseguir desarmar os proprietários legais, ou seja, os que possuem parte e passaram por uma bateria de testes para poderem portar suas armas e se sentirem um pouco mais seguros. Do outro lado ficarão os marginais, que possuem grandes quantidades de armas, muito mais

potentes das que a população possui, livres para continuar os seus crimes.

É importante pensar em um meio para conter a violência urbana sim, mas o melhor seria começar pelo lado que vêm causando o problema, depois sim, se a população sentir-se segura, ela própria irá abolir as armas de suas vidas.

4F – ARMAS DE FOGO

A violência urbana tem preocupado a todos, principalmente aos governantes, por isso, a necessidade de uma medida urgente que acabe ou diminua esse problema. Uma das soluções encontradas pelo governo é um projeto de lei que proíba a venda e a posse de armas de fogo, caso este seja aprovado em 360 dias os portadores deste tipo de armamento terão que entregá-los aos órgãos públicos de segurança.

A polêmica gerada sobre este assunto divide opiniões, alguns acreditam que com esta medida o governo só irá facilitar o trabalho dos marginais, pois, são eles que detêm o grande arsenal com um porém, não legalizado e não serão eles que entregaram as armas, então novamente voltasse ao problema inicial.

Por outro lado, muitos acham que a medida é uma boa iniciativa e com o tempo a violência diminuiria, desarmando cidadãos evitaria-se problemas de reação a violência e problemas de crianças manuseando armas em casa, o que muitas vezes acaba em tragédias.

A violência existe e portanto é preciso encontrar meios de exterminá-la, todas as iniciativas são válidas, porém principalmente é necessária a conscientização sobre a gravidade do problema e a importância da participação de todos na resolução do mesmo.